

Migração internacional de refúgio: a lógica do deslocamento forçado sob a perspectiva da resistência, do habitar e do território

International migration of refuge: the forced displacement logic under perspective of resistance, living and territory

Ma. Bianca Jo Silva¹, Ruth Verde Zein²

¹ Doutoranda no PPGAU UPM, Rua Itambé, 45, Higienópolis. São Paulo-SP, Brasil;
biancasilvajo@gmail.com

² Professora e pesquisadora PPI no PPGAU UPM, rvzein@gmail.com

RESUMO

O presente artigo parte de uma pesquisa de doutorado em desenvolvimento e tem como objetivo discutir questões preliminares em relação à presença da população refugiada em São Paulo sob a perspectiva da resistência, do habitar e do território. No Brasil, assim como nos demais países subdesenvolvidos que se tornaram rota das migrações forçadas no século XXI, a exploração do urbano opera sob forças expansionistas do capital internacional, dissociadas da dimensão real da vida urbana. Os processos de estruturação ou reestruturação da matriz fundiária das cidades, assim, segue uma lógica de produção imobiliária e urbana que apesar de aparentemente técnica, é sobretudo financeira. Nesse contexto, uma potencial alternativa de habitação para a população refugiada têm sido os cortiços e os edifícios vazios ocupados por movimentos sociais de luta por moradia, predominantemente localizados na região central da cidade. A historiografia da imigração, dados censitários, registros de matrículas escolares na rede pública e a presença de diversos equipamentos públicos e privados de acolhida e apoio à essa população substanciam a constatação de sua espacialização. Questionam, ainda, a relação entre o papel da arquitetura e do urbanismo diante a manutenção das condições de precariedade da vida urbana desses atores e da capacidade de atuação dos mesmos na construção nas dinâmicas da cidade. A pesquisa é exploratória e segue delineamento de estudo de campo substanciado pela coleta de dados de entrada/saída e registros de autorização de trabalho/emprego formal, pelos dados obtidos no campo e pela elaboração de cartografias sociais de ocupação do território e material gráfico-analítico, ambos especificados na seção de metodologia do presente artigo.

Palavras-chave: Migração Internacional de Refúgio; Produção imaterial do espaço; Dinâmicas Urbanas

ABSTRACT

The present article is based on a doctoral research in development and aims to discuss preliminary questions regarding the presence of the refugee population in São Paulo under perspective of resistance, living and territory. In Brazil, as in other underdeveloped countries that have become a route of forced migration in the 21st century, urban exploitation operates under the expansionist forces of international capital, dissociated from the real dimension of urban life. The processes of structuring or restructuring the urban land matrix, thus, follow a logic of real estate and urban production that, although apparently technical, is mainly financial. In this context, a potential alternative housing for the refugee population has been the slums and empty buildings occupied by social movements of struggle for housing, predominantly located in the central region of the city. The historiography of immigration, census data, records of school enrollments in the public network and the presence of various public and private facilities to welcome and support this population substantiate the confirmation of their spatialization. They also question the relationship between the role of architecture and urbanism in the face of the maintenance of the precarious conditions of the urban life of these actors and of their ability to perform in the construction of the dynamics of the city. The research is exploratory and follows field delineation substantiated by collection datas of input / output and formal work / employment permit records, by the field data obtained and by social cartography of territory occupation and graphic-analytical material elaboration, both specified in the methodology section of this article.

Key-words: International Migration of Refuge; Space Imaterial Production; Urban Dynamics.

1. INTRODUÇÃO

O processo de financeirização dos meios de produção do urbano reitera a influência histórica que os excedentes de produção rural, industrial e imobiliário representaram – e como ainda o fazem nas decisões políticas de estabelecimento da ordem do solo urbano, sob uma perspectiva majoritariamente econômica. No lugar da tradicional operação da mais valia da produção, a dinâmica econômica contemporânea é protagonizada pelas finanças, em escala globalizada, comandando o desempenho e as ações da produção em todas as instâncias (HARVEY, 1992). A produção do urbano sob o controle do mercado financeiro tornou-se essencial à reprodução ampliada do capital, pois incide igualmente - e de forma inédita - nas esferas construtiva e financeira. Já não se trata apenas da relação de disponibilização de capital necessário para a viabilização das construções em si: abriu-se mais um campo de ampla e privilegiada inversão financeira, um novo ciclo de absorção de excedentes de capital.

A urbanização estruturada no valor das estradas e na velocidade com a qual territórios foram e são cortados para serem articulados representa, fundamentalmente, a grande necessidade de realização de mercadorias: na transformação mais rápida da produção em consumo e em capital realizado, disponível ao reinvestimento (SANTOS, 1994). Assim, os limites urbanos inicialmente determinados pela necessidade de ocupação, rapidamente originaram loteamentos e eixos viários independentemente da demanda. A construção de empreendimentos imobiliários residenciais, por exemplo, tem cada vez menos o objetivo de promover moradias, se não, de obter lucro através de valores de troca. Da mesma maneira como a análise da produção do espaço resume-se, diversas vezes, a dados de crescimento da economia, desassociados da dimensão real de vivência nas cidades. A ocupação sócioespacial das cidades é entendido, assim, como especulativa e determinadora de fronteiras excludentes, operando de forma a exigir do solo uma rentabilidade similar à de títulos de ações (FIX, 2007; MARICATO, 2011).

O acúmulo de recursos financeiros em determinado Estado, no entanto, além de não sinalizar um desenvolvimento social, transparece sua distribuição progressivamente desigual nas escalas local e global. A estratificação das relações de dominação e dependência a partir do surgimento dos mercados internacionais para o financiamento de dívidas públicas¹ – com aplicação de títulos nacionais em mercados financeiros globais atuam no sentido de empobrecer os países em desenvolvimento (FIORI, 1999). A globalização intensificou a imposição da lógica de dominação territorial local em escala internacional, atravessando fronteiras continentais. A posição de cada país na corrida desenvolvimentista, portanto, é determinada a partir de seu poder político, à medida que as localidades se inserem na lógica global e assumem papéis na divisão internacional do trabalho, seja nas economias hegemônicas, ou subalternas. Países que chegaram mais tarde ao cenário industrial, assim, sofrem um processo de mudança em sua estrutura social, econômica e ecológica de forma muito concentrada (SINGER, 2002).

O sistema global, no sentido de que sua esfera de operações é planetária. Poucos locais escapam ao alcance de suas interdependências desestabilizadoras. Ele tem enfraquecido significativamente a soberania nacional e o raio de ação dos estados-nação. O sistema, no entanto, não é global (...); continua sendo um sistema de desigualdades e instabilidades cada vez mais profundas. Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é

¹ O tratado de Bretton Woods (1944), inaugura na economia capitalista um plano financeiro de desenvolvimento mundial – ainda que destinado exclusivamente ao núcleo rico, política e economicamente hegemônico no sistema global - com o objetivo de repassar recursos destinados à reconstrução das principais economias capitalistas devastadas após a Segunda Guerra Mundial. Neste momento foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o atual Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (GASPAR, 2015).

absolutamente o outro. É uma onda de similaridades e diferenças que recusa a divisão em oposições binárias fixas. (HALL, 2009, p. 65-67)

O ingresso forçado na dinâmica neoliberalista globalizada, no entanto, não oferece discernimento suficiente a todos os países sobre as novas relações entre as esferas público-privado, e menos ainda sobre o descompasso entre o avanço da noção progressista de direitos humanos dentro de uma tendência internacional de competitividade, rentabilidade e privatização (FERNANDES, 2011). É premissa nesse sistema que o subdesenvolvimento não signifique o estágio econômico antecessor a um iminente desenvolvimento², pelo contrário, representa nada mais senão uma condição estagnada dos países periféricos. Segundo Hall (2009), “a via dos países em desenvolvimento para a modernidade está marcada pela conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial” (p. 33).

Não só as atividades econômicas estão globalizadas, dispersas e apátridas e os incessantes fluxos dos investimentos são voláteis, como três dos setores mais produtivos que movimentam mais dinheiro – a venda de armas, o narcotráfico e a prostituição – fazem parte de uma economia não controlada, não visível. (...) A falta de escrúpulos dos fabricantes de armas corresponde à falta de escrúpulos dos terroristas e criminosos desesperados. Entre as armas apreendidas no começo do século XXI nas favelas do Brasil, predominavam as fabricadas nos EUA e na Espanha. Armas e guerra ao alcance de qualquer um. (MONTANER, MUXÍ, 2014, p. 84-85)

Diante deste contexto é imprescindível discutir a dimensão – em termos de territorialização e intensidade - dos conflitos armados estabelecida em escala internacional. O investimento na indústria bélica representa, historicamente, ser altamente favorável para as economias hegemônicas, assim como o apoio tácito de determinados governos para o aporte aos confrontos, sejam eles já estabelecidos ou na iminência de irrupção. Tal inversão tem por objetivo a manutenção do *status quo* da relação de dependência, subdesenvolvimento e marginalização típicos do período colonial (HALL, 1996). Montaner e Muxí (2014) colocam ainda a hipótese de vivermos em uma espécie de Terceira Guerra Mundial com a especificidade de ser “difusa, que salpica em diversas partes do mundo” (p. 84), composta por falsas democracias liberais, que restringem o direito à livre manifestação violentamente com todo o tipo de forças armadas combativas.

As falhas dos sistemas também são demasiado evidentes. Vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos. O modo como vemos o mundo e definimos possibilidades depende do lado da pista em que nos encontramos e a que tipo de consumismo temos acesso (HARVEY, 2014, p. 47).

2. MÉTODO

A pesquisa é exploratória segundo seu objetivo e segue delineamento de estudo de campo. A tese teve como definição de recorte epistemológico o período compreendido entre os anos 2010 e 2018, principalmente por dois motivos: i) em 2010, impulsionada pela crise do Euro, iniciou-se um processo de mobilização da União Europeia no sentido de restringir a entrada da população imigrante refugiada, momento em que a rota das migrações internacionais no século XXI sofreu estruturais modificações, ampliando seu alcance e atingindo o Brasil com mais evidência (BÓGUS, 2016); ii) o auxílio político e econômico, bem como a presença militar brasileira no Haiti após o terremoto de 2010, foram fatores decisivos para que o fluxo de migração de refúgio se estruturasse de forma significativa no eixo Haiti-Brasil, contribuindo para que houvesse elaboração de novas políticas públicas de apoio aos refugiados (BAENINGER; PERES, 2017; METZNER, 2014; FERNANDES, 2014); iii) a pesquisa delimita-se temporalmente ao ano de

² Teoria da Dependência de Marini (MARINI, 2005).

2018 com a emergência do numeroso deslocamento forçado de venezuelanos pelas fronteiras norte do país³.

A visão geral do projeto, segundo seus materiais e métodos engloba as principais etapas: Primeiramente, será conduzida a revisão bibliográfica sobre a temática, utilizando como principal fonte a repercussão científica em artigos produzidos pelos núcleos de estudo citados anteriormente. Em seguida, se realizará o processo de coleta de dados, com o levantamento dos registros administrativos brasileiros sobre a população de imigrantes refugiados:

- i) Dados de entrada e saída de imigrantes refugiados pelos postos de controle do Departamento da Polícia Federal/Ministério da Justiça e Segurança Pública; Sistema de Cadastro de Registros de Estrangeiros (SINCRE); Sistema de Tráfego Internacional (STI) e Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR);
- ii) Os registros de autorização de trabalho à população de imigrantes refugiados concedidos pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg) do Ministério do Trabalho;
- iii) Os registros de emprego formal na carteira de trabalho dos imigrantes refugiados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho.

Posteriormente, ainda no processo de coleta de dados, será realizado em campo um levantamento de dados de fontes secundárias, a partir de entrevistas e materiais fornecidos pela ACNUR, ONGs, Igrejas, demais organizações de associativismo civil relativas à temática da migração internacional de refúgio e de próprios refugiados. Serão utilizados procedimentos de observação de campo participante com registro escrito e fotográfico e se realizarão os itens i), ii) e iii) dos objetivos específicos do projeto de pesquisa da tese⁴, relativos aos levantamentos críticos. Nesta etapa serão elaboradas sínteses parciais da tese em forma de artigos científicos, priorizando publicações em periódicos nacionais e internacionais, bem como congressos científicos nacionais e internacionais da área.

Na etapa seguinte, de sistematização e análise dos dados, o material levantado será selecionado e categorizado para posterior interpretação e análise. Serão desenvolvidas as cartografias sociais de espacialização da população de imigrantes refugiados, item iv) dos objetivos específicos⁵, bem como a produção material gráfico-analítico como mapas, diagramas, gráficos etc. que ilustrem qualitativamente os itens analisados em campo. Os dados obtidos com o procedimento de campo serão complementados e sistematizados na forma de relatórios de visita.

3. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DE REFÚGIO

Dentre as inúmeras perniciosidades decorrentes da alçada dos conflitos armados, atinge-se, ano após ano, um recorde do fluxo de pessoas deslocadas de forma forçada de suas casas, cidades e países - “com a guerra moderna, o imperialismo e as ambições quase teológicas dos governantes totalitários é, com efeito, a era do refugiado, da pessoa deslocada, da imigração em massa” (SAID, 2001, p. 47). Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2018, 68,5 milhões de pessoas no mundo são vítimas de deslocamento forçado. Sendo, 40 milhões de deslocados internos (dentro das fronteiras do próprio país), 25,4 milhões de refugiados

³ O recorte epistemológico foi estabelecido no período compreendido entre os anos 2010 e 2018 com o objetivo de garantir certo distanciamento entre a redação da tese e os acontecimentos contemporâneos, tendo em vista de que refere-se à uma pesquisa inserida simultaneamente aos novos fatos ocorridos no cenário da migração forçada internacional.

⁴ São os referenciados objetivos específicos: i) desenvolver cartografias sociais de ocupação do território pela população de imigrantes refugiados, assim como levantar transformações nas dinâmicas urbanas sob a perspectiva da ação ativa dessa população; ii) identificar ações de resistência da população refugiada sob a perspectiva do habitar a metrópole; iii) identificar características que potencializam projetos e desenho urbanos com o objetivo de gerar ações locais mais participativas e de inclusão colaborativa dos saberes da população de imigrantes;

⁵ Compete ao referenciado objetivo específico: iv) Fomentar a investigação científica e a discussão da temática dentro do campo de Arquitetura e Urbanismo.

(deslocamentos internacionais) e 3,1 milhões de solicitantes de refúgio⁶. Impulsionadas pelo regime de violência arbitrária estabelecido em ordem global, embora possa ser pouco compreensível ou tangível na escala local, os efeitos se fazem sentir, individualmente, de forma exorbitante.

Bauman descreve esse posicionamento como uma ‘política migratória’ que se destina a consolidar a divisão entre duas grandes categorias mundiais cada vez mais reificadas: de um lado, o mundo limpo, saudável e visível; de outro, o mundo dos ‘remanescentes’ residuais, sombrio, doente e invisível” (2017, p.88). Buscam proteção à situações de fundado temor de perseguição por razões étnicas, políticas, de nacionalidade, religião, pertencimento a determinado grupo social - orientação sexual, identidade de gênero ou perseguição de gênero (ACNUR, 2018).

Vulnerabilidade essa que evidencia-se de forma brutal nos locais de origem e é incontestavelmente exacerbada durante a trajetória de refúgio pela necessidade, muitas vezes, de recorrer à organizações informais cujos serviços podem se tornar justamente os maiores impedimentos do êxito dessa mobilidade (SCOTT, 2011). No percurso, muitas vezes em território apátrida, operam esferas simbólicas altamente moralizantes de serviços sexuais, tráfico de mulheres e crianças, escravidão, endividamento, deportação e encarceramento. “É nessa conjuntura de uma travessia em direção a um questionamento do espaço, do lugar, do local e do global e sua expressão através do exílio, da migração e da diáspora que se situam muitas cartografias de gênero na contemporaneidade” (ALMEIDA, 2011, p. 245-246). Falar de refúgio como espacialização da contemporaneidade pressupõe a teorização de novas configurações sociais, políticas, urbanas, propulsoras de novas identidades e percepções de questões de gênero, historicamente subjugadas.

Os processos das migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos estado-nação dominantes. Marcam o fim da modernidade definida exclusivamente nos termos ocidentais, disseminando o enfrentamento com a diferença cultural. Locais potenciais de resistência, intervenção e tradução; modernidades vernáculas (...). Elas constituem o fundamento para um novo tipo de localismo que não é autossuficiente particular, mas que surge de dentro do global sem ser simplesmente um simulacro deste (HALL, 2009, p. 67-68).

Os padrões contemporâneos de refúgio caracterizam-se por sua dispersão mais ampla pelo mundo, em novas rotas internacionais, espalhando-se para países subdesenvolvidos⁷ (BASSO, 2003; PATARRA, 2012; FERNANDES; RIBEIRO, 2015; BAENINGER, 2018). Essa modificação reflete os esforços legislativos e militares de restrição a entrada de refugiadas e refugiados por parte da União Europeia e dos Estados Unidos nos últimos dez anos (BÓGUS, 2016). A questão do refúgio também evidencia certas complexidades e incoerências ideológicas do sistema globalizado: a ameaça de uma crise política, econômica e urbana futura no país acolhedor de pessoas refugiadas causa mais inquietude e ações efetivas do que a denúncia das motivações que eclodem as migrações forçadas propriamente ditas (SIMON, 1995).

O Brasil, decursivo de um período de dinâmico crescimento econômico e pelo histórico em elaborar ou aderir à políticas públicas de apoio à refugiadas e refugiados, obteve uma ampliada projeção favorável à recepção de imigrantes⁸ (BAENINGER; PERES, 2017). Segundo levantamento realizado pela ACNUR em parceria com a Secretaria Nacional de Justiça (2017), no período compreendido entre os anos 1997 e 2017, foram reconhecidos 10.145 imigrantes em

⁶ Dados do Global Trends 2017 disponível em: <<http://www.unhcr.org/5b27be547>>. Acesso em 30 jun. 2018.

⁷ Há uma grande falta de consenso internacional quando se trata do acolhimento das migrações forçadas: 84% das refugiadas e refugiados encontram-se em países de renda média ou baixa, tendo sido um terço acolhido nos países menos desenvolvidos do mundo (ACNUR, 2017).

⁸ Em 1997, simultaneamente à criação do Estatuto do Refugiado (Lei nº 9.474, de 22 de julho), que instituiu normativas para os solicitantes de refúgio no país, foi criado o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), órgão responsável por analisar tais pedidos e conceder o reconhecimento em primeira instância da condição de refugiado.

situação de refúgio no país. A Lei de Migração⁹, sancionada em 2017, cujo capítulo I, seção II, art. 3º, garante direito de associação, inclusive sindical; acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social; acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita; e à educação pública. Garantindo, assim, “condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2017).

3.1. O refúgio no Brasil, na prática

Chegando ao Brasil, a pessoa requerente de refúgio recebe, ainda no aeroporto, um protocolo emitido pela Polícia Federal que a permite circular livremente pelo país. Em poucas semanas sua solicitação é avaliada e, se deferida, recebe o visto temporário de acolhida humanitária (BRASIL, 2017). Contudo, apesar da facilidade para adentrar ao país, o fluxo contemporâneo de refugiados sírios, congolezes, paquistaneses, palestinos e angolanos¹⁰ encontram dificuldades e falta de apoio para instalarem-se, muitas vezes prolongando suas condições de vulnerabilidade social (BAENINGER; PERES, 2017).

Nesse contexto, uma potencial alternativa de habitação para a população refugiada têm sido a articulação aos movimentos sociais de luta por moradia. Com o objetivo de exigir a efetividade da ordem oficial vigente na constituição de direito à moradia e o cumprimento da função social da propriedade previsto no Estatuto da Cidade¹¹, certos movimentos pressionam o Estado praticando a ocupação de imóveis vacantes de propriedade privada. A seleção desses imóveis ocorre a partir de dados disponibilizados pelo poder público municipal de notificação de imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados (a partir das diretrizes do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor) e da pesquisa de regularidade da documentação dos edifícios, bem como das dívidas ativas dos proprietários, principalmente no que se refere ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Outra alternativa são os cortiços, imóveis compartimentados em pequenos cômodos, via de regra muito precários, pelos quais paga-se um valor exorbitante por metro quadrado (NAKANO *et. al.*, 2004).

Não por acaso, os cortiços, os edifícios vazios ocupados e a distribuição territorial da população refugiada, observada desde 2015, localizam-se predominantemente na região central da cidade, estendendo-se em direção à Zona Leste, concentrado nos distritos Sé, Brás, Pari e Cambuci (BÓGUS, 2016) (Figura 01). Ao passo que as centralidades de movimentação econômica mais substanciais de iniciativa privada saíram do perímetro central da cidade de São Paulo, principalmente a partir da década 1960, a região foi caracterizada pela ausência de investimentos na implantação ou manutenção de infraestrutura pública; pela presença de grande parte dos serviços de órgãos públicos; pela presença popular; e pelo comércio informal.

⁹ Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que entrou em vigor em novembro de 2017 (BRASIL, 2017).

¹⁰ Os países com maior número de refugiados reconhecidos no Brasil em 2017 (ANCUR, 2018).

¹¹ Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 que instrumenta a regulamentação o capítulo referente à política urbana dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

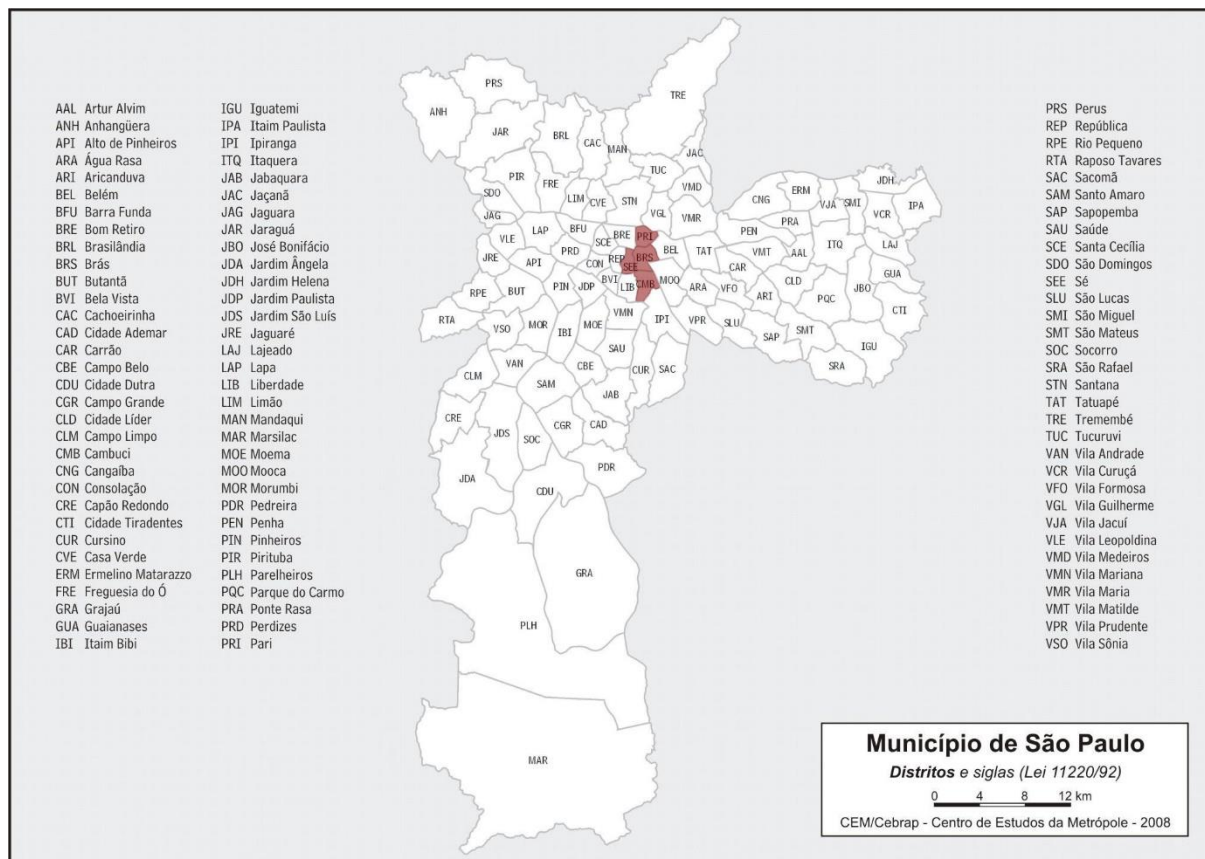


Figura 1: Mapa do Município de São Paulo com destaque para os distritos Sé, Brás, Pari e Cambuci.

Fonte: Elaboração da autora a partir de <<https://pt.map-of-sao-paulo.com/pdf/distritos-de-s%C3%A3o-paulo-mapa-em-pdf.pdf#viewer.action=download>>. Acesso em 08 jul. 2018.

Esse eixo também se caracteriza de maneira muito significativa por uma prévia ocupação de imigrantes bolivianos desde a década de 1980, que fixaram nesta parcela do território suas habitações, comércios, serviços e dinâmicas urbanas tradicionais e culturais. A aproximação da população refugiada contemporânea para essa mesma região, portanto, torna-se recorrente não pela identificação cultural, evidentemente, mas por serem bairros historicamente estruturados com a presença de imigrantes.

O direito à cidade, no entanto, avança para muito além do que ter acesso à habitação, independentemente da análise de seus atributos qualitativos; é ter o direito aos recursos urbanos, à vida urbana e de conduzir o desenvolvimento da cidade e seus habitantes, de forma efetivamente democrática. Manifesta-se, assim, como uma espécie de síntese dos direitos, representando diversos outros: à liberdade, à individualização, à habitação e à habitabilidade da cidade. Ou seja, compreender o habitar manifesto em diversas escalas: da casa, vizinhança, rua, bairro ou cidade, pela liberdade plena do uso. O direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) transformaria a vida urbana em uma obra perpétua de seus habitantes (Lefebvre, 1969).

A espacialização territorial da população refugiada na cidade de São Paulo, portanto, manifesta-se de diversas formas, como no direito à educação. As matrículas de alunos refugiados e imigrantes na rede de escolas públicas (municipais e estaduais), segundo dados do Censo Escolar 2017¹², representa quase 73 mil crianças entre ensino infantil, fundamental e médio. É importante ressaltar

¹² O Censo Escolar é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação. Disponível em: <portal.inep.gov.br>. Acesso em: 3 jul. 2018.

que apenas em 2008 o Censo Escolar passou a identificar a especificidade do local de nascimento dos alunos matriculados, quando foram registradas 34 mil matrículas, ou seja, menos da metade dos registros nove anos depois.

Segundo informações do Núcleo de Gestão de Rede Escola e Matrícula (NRM)¹³, a matrícula na rede pública de ensino no Estado de São Paulo deve ser registrada, impreterivelmente, na escola mais próxima ao endereço residencial informado pela família do aluno, pois esse procedimento é realizado por mecanismos e instrumentos de georreferenciamento. Dessa forma, reitera-se a ocupação territorial da população refugiada no mesmo eixo descrito anteriormente, com destaque para o distrito do Pari (Vasconcelos, 2018).

Outro fator bastante significativo de influência à espacialização territorial da população refugiada refere-se à localização dos centros de acolhimento ou auxílio. O Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes – CRAI¹⁴, equipamento para regularização migratória e documentação e os mais de 14 centros de acolhida e espaços de convivência que recebem população refugiada na cidade localizam-se na região central. Tais equipamentos prestam serviços de acolhida emergencial, de instrução jurídica, de orientações gerais, de auxílio para busca de inserção no mercado de trabalho e de ensino da língua portuguesa.

Dentre a questão de busca de trabalho, é recorrente que os refugiados passem por dificuldades na comprovação de suas qualificações profissionais. Seja pela ausência de documentação comprobatória, pela dificuldade de exercício de suas ocupações por barreiras linguísticas ou ausência de ofertas e oportunidades. Em virtude disso, não é raro que essas pessoas vivenciem situações de desconfiança e preconceito de uma sociedade com forte herança escravista, ou que seja necessário submeterem-se à trabalhos precarizados (Bógus, 2016).

Tendo em vista tais questões, instituições como o Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados¹⁵, promove a integração de refugiados e solicitantes de refúgio na sociedade por meio da inclusão laboral, acreditando que seja a maneira mais eficaz para facilitar a adaptação dessas pessoas no país e assegurar que atinjam mais rapidamente sua autossuficiência. Assim, desempenham a função de sensibilizar principalmente o empresariado nacional para a assimilação dessa população através de uma plataforma de busca de emprego voltada exclusivamente para esse público. Possuem um bancos de dados exclusivamente sobre a população em refúgio, com mapeamento detalhado de seu perfil pessoal, acadêmico e profissional, assim como os registros das empresas dispostas a receber os candidatos e as vagas oferecidas por elas.

3.2. Arquitetura, urbanismo e refúgio

O estímulo pela individualização e privacidade que caracteriza historicamente o processo de desenvolvimento urbano brasileiro contribuíram para o esvaziamento (ou formas de privações de acessibilidade) dos espaços da cidade. Tido como inseguros e desprotegidos à grande parcela da população, os espaços públicos vivenciam mais distanciamento, isolamento e medo do que a livre apropriação. A obsessão contemporânea em demarcar fronteiras, segundo Bauman (2009), deriva de uma construída sensação de medo que se retroalimenta, que “já tem vida própria” (p. 54). É o

¹³ Setor público responsável por organizar os processos de matrículas de todas as escolas do Estado de São Paulo. É uma das instituições públicas que compõem o Departamento de Planejamento e Gestão de Rede Escolar e Matrícula da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

¹⁴ Parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura da Cidade de São Paulo e o Serviço Franciscano de Solidariedade.

¹⁵ ONG criada em Outubro de 2011 pela EMDOC, consultoria especializada em imigração, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e o Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo.

desejo de recortar para si um lugar seguro e acolhedor capaz de resistir a um mundo imprevisível e incessantemente em tensão.

Quanto mais fracassa, mais nos obcecamos pela segurança. O paroxismo da contínua transformação de controles e barreiras faz com que se instale mais vigilância e mais fronteiras e estas comportam uma grave perda de esperança na convivência (...) o risco é que o modelo de relação entre israelenses e palestinos na palestina se reproduza e se converta no paradigma da nova ordem planetária. Com uma frequência cada vez maior, as medidas de controle de tipo militar e policial vão se infiltrando na vida cotidiana ao entrar lentamente em edifícios públicos, museus e galerias de arte por meio das revistas e escâneres (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 87-88).

Justamente por haver essa demarcação de fronteiras progressiva, entretanto, é que repentinamente afloram novas diferenças de que ainda não se tinham consciência, de forma a tornar esse processo interminável. As habitações são construídas cada vez mais para proteger seus moradores do que para integrá-las a um projeto mais amplo da cidade a que pertencem. O confronto com o desconhecido, dessa forma, se torna progressivamente mais raro e intimidador. Viver nas cidades é uma contraditória experiência, onde os mesmos aspectos da vida urbana que atraem as pessoas são também os principais causadores de sua repulsão (BAUMAN, 2009). Assim, a potencialidade do espaço público como lugar das trocas é muitas vezes negado pela ausência, por falta de investimentos, pela fragmentação das cidades e pelas limitações de apropriação, que impulsionam uma descredibilidade à realidade urbana.

A arquitetura do medo e da intimidação espalha-se pelos espaços públicos das cidades, transformando-a sem cessar – embora furtivamente – em áreas extremamente vigiadas, dia e noite (...) o espaço público foi a primeira vítima colateral de uma cidade que perde a árdua luta enfrentada para resistir ao avanço inexorável da globalização (BAUMAN, 2009, p.63-66).

Segundo Peter Burke (2010), historicamente, a população periférica e deslocada é subjugada por não possuírem conhecimento local. No entanto, levam consigo seus próprios conhecimentos, inclusive tácitos e técnicos que podem ser úteis no local de chegada. A migração de estudiosos por expatriação ou fuga de perseguições políticas e religiosas acompanha a trajetória da humanidade dos eruditos gregos de Bizâncio para a Itália no século XV à “drenagem de cérebros” da Ásia e da Europa para os Estados Unidos no final do século XX. Stuart Hall (2009), por sua vez, afirma que

Os processos das migrações livres e forçadas estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos estado-nação dominantes. Marcam o fim da modernidade definida exclusivamente nos termos ocidentais, disseminando o enfrentamento com a diferença cultural. Locais potenciais de resistência, intervenção e tradução; modernidades vernáculas (...). Elas constituem o fundamento para um novo tipo de localismo que não é autossuficiente particular, mas que surge de dentro do global sem ser simplesmente um simulacro deste (p. 67-68).

Hall (2009) aposta no que denomina de “pluralismo cultural”, situação na qual sejam exercidas concepções de liberdade do sujeito individual pelo Estado. Ou seja, o reconhecimento formal de necessidades sociais e culturais diferentes, admitindo certos direitos coletivos e outros definidos por demandas individuais ou de certas especificidades, por exemplo, reconhecer um direito legal de se usar turbante nas ruas ou no trabalho, independentemente do questionamento de empregadores; ou aceitar como legais casamentos consensualmente arranjados, mas declarando coercitiva e, portanto, ilegal, a imposição de matrimônios arranjados sem o consentimento da mulher (HALL, 2009, p. 82-89). Diante a concepção de pluralismo cultural de Hall, Doreen Massey (1994; 1999), entre diversas outras autoras, discute a questão de espaço gengrado, ou seja, a construção das relações urbanas de gênero:

A interseção entre a geografia e o gênero é profunda e multifária, pois cada termo está inerentemente imbricado na construção do outro: a geografia em seus vários

matizes influencia a formação cultural de gêneros específicos e as relações de gênero; o gênero tem sido profundamente influente na produção do ‘geográfico’. Como exemplo dessa inter-relação, pode-se destacar a tradicional divisão do espaço público e do privado em termos de gênero, a construção do espaço do lar como uma esfera íntima e feminina, a mobilidade dos sujeitos enquadrados em um sistema diferenciado por questões de gênero, as zonas de violência que afetam diretamente homens e mulheres de forma distinta, entre outros (MASSEY, 1994, p 177).

Imaginar o espaço como constituído pela diversidade múltipla de atores - uma vez que espaço, identidades e subjetividades estão intimamente interconectados -, fomenta o reconhecimento da possibilidade de trajetórias alternativas e, assim, a concepção de novas políticas do espaço, a reconfiguração e construção de espaços mais fluidos e variáveis, ressignificando o nacional em um contexto marcadamente tradicional (MASSEY, 1999). Em uma primeira aproximação, isso implica tornar visíveis as necessidades de todos aqueles que não são levados em consideração pelo pensamento dominante: “já é hora de outros protagonistas pensarem e projetarem as cidades, de modo que, perante a dominante cidade especulativa e segregadora, sejam incorporados pontos de vistas plurais que possam reinventar a cidade humana” (MONTANER; MUXÍ, 2014, p. 126-127). Nesse sentido, o Estado em conjunto com a população imigrante, refugiadas e refugiados, deve desenvolver estratégias, como programas de ação pública afirmativa, leis que garantam oportunidades igualitárias – em relação à nacionalidade, etnia e gênero -, fundos de apoio pontuais às famílias recém chegadas e subsídio para a reconstrução de suas casas, hábitos, carreiras profissionais e vidas cotidianas (CERTEAU, 1998).

A realidade da imigração contemporânea, capaz de criar seus próprios bairros e universos, será mais bem expressa em uma cidade conformada por camadas, feita de superposições de realidades, baseada na potencialização de múltiplas inter-relações. Porque, em última análise, o urbanismo da diversidade é aquele que promove espaços para a intersubjetividade (MONTANER, MUXÍ, 2014, p. 216).

Coloca-se em discussão a crise da tradicional gestão pública urbana de caráter institucionalizado que falhou sistematicamente em prover direitos públicos básicos. Além das inúmeras manifestações de abertura de gestão para interesses específicos, não coletivos, e tampouco democráticos, que acentuam a insegurança do amplo acesso à vida urbana, assim colocam a necessidade de um projeto de sociedade que garanta um efetivo direito à cidade. A participação da força popular na criação propositiva de cidade, se não impulsiona uma transformação urbana propriamente dita, ao menos resiste ao processo globalizado de espetacularização das cidades.

(...) ainda estamos para ver, no século XXI, que um movimento coerente de oposição a tudo isso venha a ocorrer. É de conhecimento geral que já está em andamento um grande e diversificado número de lutas e movimentos sociais urbanos (no sentido mais amplo do termo, isto é, aquele que também inclui os movimentos nas zonas rurais). Em muitas partes do mundo, são abundantes as inovações urbanas acerca da sustentabilidade ambiental, da incorporação cultural dos imigrantes e do desenho urbano dos espaços habitacionais públicos (HARVEY, 2014, p. 65)

Diante da atual realidade fragmentária, Lefebvre (1969) afirma que orientar o crescimento urbano na direção da sociedade significa prospectar novas necessidades em um cenário de apropriação sem limites de morfologia do espaço e do tempo; e, acima de tudo, propor o que não preexiste como objeto (p.105-115). Da mesma forma como Whyte (2001) sustenta os chamados recursos de indeterminação como estratégias de desenho urbano contemporâneo, quando o uso não estabelecido, projetado para ser livremente apropriado pelas pessoas, gera uma gama diversa e flexível de absorver a dinâmica recriação de necessidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As migrações internacionais de refúgio se inserem nesta lógica, onde ações específicas à escala local – de regulamentação de entrada no país de acolhida, por exemplo – se sobrepõe aos processos estruturados em escala global – condições de real adaptação da população de imigrantes refugiados. Tais ações, só fazem estagnar, historicamente, a condição urbana: como se conquista ou se preserva ter o direito de fato a ter direitos.

Enquanto eclodem os conflitos armados e as diversas manifestações de violação dos direitos humanos, coexiste a escala local, da realidade da sociedade civil, dos problemas cotidianos, nas articulações políticas de bairros, na atuação de organizações não governamentais, associações de grupos sociais, nas práticas coletivas que promovem projetos de sociedade. Como nossas sociedades estão sendo conformadas com a presença de refugiadas e refugiados na perspectiva da arquitetura e do urbanismo? Que papel deve assumir a disciplina que projeta moradias, espaços públicos, equipamentos e cidades inteiras na lógica da financeirização imersa na cultura do medo? Neste contexto, questiona-se como o conflito inerente à migração internacional de refúgio está intrinsecamente vinculado a sua constituição em um sistema de ocupação territorial consolidado, bem como em um sistema de hierarquias sociais estabelecidas; e como esse sistema está implicado nas medidas de segurança que hoje afetam os imigrantes, não apenas nas fronteiras territoriais, mas também nas exclusões cotidianas, mesmo que eles já estejam legalmente permitidos a pertencer política e civicamente ao país de acolhida.

5. REFERÊNCIAS

ACNUR. *Mid-year trends 2016*. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, fev. 2017. Disponível em: <www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/58aa8f247/mid-year-trends-june-2016.html>. Acesso em: 13 out. 2017.

ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, C. **A cidade do pensamento único**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. **Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil**. *Rev. bras. estud. popul.*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 119-143, abr. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100119&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2017.

BASSO, P. *Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratory*. In: BASSO, P. PEROCOO, F. (Org.). *Gli imigrati in Europa: disuguaglianze, razzismo, lotte*. Parte prima. Milão: Franco Angeli, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 94 p.

BÓGUS, Lucia Maria M.; FABIANO, Maria Lucia Alves. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], n. 18, out. 2016. ISSN 1982-4807. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/29806>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BORJA, Jordi. **Espaço público, teste da cidade democrática**. *Archdaily*, nov. 2013. Disponível em: < <https://goo.gl/16Dkby> >. Acesso em: 20 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei de Migração**, Brasília, DF, mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de jul. de 1997. **Estatuto do Refugiado**, Brasília, DF, jul. 1997.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, n. 33, p. 198-220, apr. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74311>>. Acesso em: 11 mai. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CLOCHARD, O. *Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité*. EchoGéo, v. 2, 2007.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS, 1, 1951, Genebra, Suíça. Série Tratados da Organização das Nações Unidas - ONU, Nº 2545, Vol. 189, p. 137.

CRAWFORD, Margaret. *Everyday Urbanism*. Nova York: Monacelli Press, 1999.

FERNANDES, D. **O Brasil e a migração internacional no século XXI**: notas introdutórias. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. (Org.). Migrações e trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

FERNANDES, D.; RIBEIRO, J. C. **Migração laboral no Brasil**: problemáticas e perspectivas. Cadernos Obmigra, v. 1, n. 1, p. 15-37, 2015.

FERNANDES, Edésio. **Direito Urbanístico e Política Fundiária no Brasil**: uma introdução. In: FERNANDES, Edésio. (org). Direito Urbanístico e Política Urbana no Brasil. Belo Horizonte, Editora Del Rey, p. 11-54, 2011.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **São Paulo: o mito da cidade-global**. 2003. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2003.

FIORI, J. L. (org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

FIORI, J. L. e MEDEIROS, C. A. (orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Vozes, 2001.

FIX, Mariana. **São Paulo Cidade Global**: Fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

GASPAR, Ricardo Carlos. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos da Metrôpole**, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 265-296, 2015.

GEHL, J. *Life Between Buildings: Using Public Space*, New York: Van Nostrand Reinhold, 1987.

HALL, Stuart; RESENDE, Adelaine La Guardia. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2009. 410 p.

HAMMADEH, Jihad Hassan. Jihad Hassan Hammadeh: depoimento [abr. 2017]. Entrevistadora: Mariana Zylberkan. São Paulo: UOL, 2017. Entrevista concedida à produção semanal TAB UOL. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/refugiados/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

- HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HARVEY, David. *The right to the city*. New Left Review, nº 53, set-out. 2008.
- INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Editorial Teorema: Lisboa, 2010.
- JACOBS, Jane. *The death and life of great american cities*. New York: Random House, 1961.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Documentos, edição traduzida, 1969.
- LYNCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. Buenos Aires: Infinito, 1966.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRANSPADINI, R.; STEDILE, J. P. (orgs.). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do Homem Simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Huitec, 2000.
- METZNER, T. *La migración haitiana hacia Brasil: estudio en el país de origen*. Cadernos Migratorios, n. 6. p. 15-33, 2014.
- IOTO, Beatriz Tamasso. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento**: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013). 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Curso de Pós Graduação do Instituto de Economia, Campinas.
- MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida. **Arquitetura e política**: ensaios para mundos alternativos. São Paulo: G. Gili, 2014. 253 p.
- MOREIRA, Julia Bertino. Refugiados no Brasil: Reflexões acerca do processo de integração local. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXII, n. 43, p. 85-98, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407042020006>>. Acesso em: 14 out. 2017.
- NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Cândido Malta; ROLNIK, Raquel. **Dinâmica dos subespaços na área central de São Paulo**. In: COMIN, Alvaro A.; SOMEKH, Nadia (orgs.). Caminhos para o centro. São Paulo: PMSP/CEBRAP/CEM, 2004.
- PATARRA, N. Brasil: país de imigração? **Revista E-Metropolis**, n. 9, ano 3, junho de 2012. p. 1-18.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **São Paulo não é mais uma cidade**. In: PALLAMIN, Vera (org.). Cidade e Cultura: esfera pública e transformação urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo, SP: EDUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

- SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.
- SCHULZ, Sonia Hilf. **Utopias Urbanas Modernistas.** In: MACHADO, D. P. (org.). Sobre Urbanismo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley/PROURB, 2006.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público:** As Tirantias da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIMON, G. *Géodynamique des migrations internationales dans le monde.* Paris: PUF, 1995.
- SINGER, Paul. **Economia política da urbanização.** São Paulo: Contexto, 2002.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- VELASCO, Suzana de Souza Lima. **A imigração na União Europeia:** Uma leitura crítica a partir do nexos entre securitização, cidadania e identidade transnacional. 2011. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2011. 141p.
- VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012.